

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Assessoria Legislativa de Alagoas  
  
PROTOCOLO GERAL 2969  
Data: 03/10/2017 Horário: 14:54  
Legislativo -

Ofício nº 323/2017-GP

Maceió, 27 de setembro

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado LUIZ DANTAS LIMA**  
Presidente da Assembleia Legislativa Estadual  
Praça D. Pedro II, s/nº - Centro  
CEP: 57.020-908 - Maceió/AL

Assunto: **Cessão de servidor/Convênio.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, nos reportamos aos ofícios AL/GP nºs 03, 07, 08, 09, 015, 029, 033, 034, 035, 042, 043, 045, 046, 047, 066 e 137/2017, além do ofício nº 009/2017, da lavra do Gabinete do Deputado Ronaldo Medeiros, para comunicar a Vossa Excelência, que o normativo vigente neste Tribunal de Contas disciplina a cessão de servidores, de que participa como órgão cedente ou cessionário, à existência de Convênio de Mútua Cooperação, para essa finalidade, com seus jurisdicionados.

Nesse sentido, estamos encaminhando minuta convenial a ser formalizada, se julgada de interesse, entre esse Poder Legislativo e esta Corte, com ônus para o órgão cessionário, para os fins de permuta funcional.

Atenciosamente,

  
Conselheira **ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE**  
Presidente

IC/rpov

**MINUTA**

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL**

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS E O(A)....., PARA REALIZAÇÃO DE OBJETIVOS COMUNS DE INTERESSE RECÍPROCO.

**CONVENIENTES:**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.395.125/0001-47, sediado na Av. Fernandes Lima, nº 1047, Farol, Maceió/AL, doravante denominado **TCE/AL**, neste ato representado pela sua Presidente, Conselheira ....., CPF nº ..... e RG nº ....., residente e domiciliado na cidade de Maceió/AL;

.....  
.....

**RESOLVEM**, de comum acordo, celebrar o presente CONVÊNIO, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.**

1.1. Constitui objeto deste Convênio a prestação de mútua cooperação em atividades de interesse comum, mediante a cessão recíproca de servidores efetivos integrantes de seus Quadros de Pessoal.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA MOTIVAÇÃO.**

2.1. As cessões serão precedidas de solicitação motivada pelo gestor do órgão interessado (Cessionário), com descrição das atividades a serem executadas pelo servidor cedido, e o expediente que tratar da matéria no Órgão de origem do servidor (Cedente) deverá conter no mínimo os seguintes dados:

- ✓ Nome, cargo, matrícula e CPF do servidor, bem como planilha explicativa de sua remuneração;
- ✓ Prazo da cessão, que não poderá exceder o fixado na Cláusula Décima Primeira;
- ✓ Declaração de inexistência de impedimento à cessão.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMALIZAÇÃO**

3.1. As cessões decorrentes deste pacto serão formalizadas pelo Cedente (órgão de origem do servidor), por meio de ato devidamente publicado, na forma prevista em normas legais e regimentais próprias.

**CLAUSULA QUARTA - DO ÔNUS**

4.1. O ônus das cessões decorrentes deste Convênio será do Cessionário (órgão onde o servidor irá exercer suas atividades).

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE**

5.1. Ceder servidor efetivo de seu Quadro de Pessoal, mediante anuência expressa, para o cumprimento de atividades certas e por prazo determinado no Órgão Cessionário, formalizando a cessão na forma da Cláusula Terceira deste Instrumento;



5.2. Assegurar aos servidores cedidos todos os direitos e vantagens inerentes ao cargo ou emprego que ocupam, assim como o reconhecimento da contagem do lapso temporal em que permanecerem à disposição como tempo de efetivo serviço, na conformidade do que disciplinam os regimes jurídicos a que estiverem subordinados na origem.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO**

6.1. Responsabilizar-se e efetuar, ordinariamente, o pagamento dos vencimentos, salários, vantagens e encargos sociais do servidor colocado a sua disposição;

6.2. Oferecer participação gratuita aos servidores cedidos em seminários, simpósios, congressos, cursos ou qualquer evento cultural que promova, visando o aprimoramento intelectual;

6.3. Fornecer ao Órgão Cedente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, a frequência mensal dos servidores ao trabalho e sua respectiva programação de férias, licenças ou qualquer espécie de ocorrência que resulte na irregularidade da frequência, sob pena de cancelamento da cessão.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR CEDIDO**

7.1. Aguardar, em exercício no seu órgão de origem, a publicação da autorização de sua cedência, sob pena de responsabilização por abandono de cargo e/ou outras medidas administrativas;

7.2. Obedecer às normas legais e/ou administrativas do Cessionário, acarretando, a não observância, em sua imediata devolução ao órgão de origem, para adoção de medidas disciplinares e administrativas.

7.3. Comparecer imediatamente ao órgão ou entidade de origem, assim que expirado o prazo da cessão, sob pena da sua ausência injustificada ser computada como falta ao serviço.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO DO CONVÊNIO**

8.1. Compete à Diretoria de Recursos Humanos dos CONVENIENTES exercer a fiscalização e acompanhamento deste Convênio, na forma do art.67 da Lei Federal nº 8.666/1993, arcando com a responsabilidade do controle dos servidores cedidos.

#### **CLÁUSULA NONA – DA DEVOLUÇÃO**

9.1. É facultado a qualquer dos CONVENIENTES solicitar ou fazer devolução do servidor cedido, motivadamente e por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, vedada a sua transferência a outro órgão, salvo prévia e expressa aquiescência dos CONVENIENTES.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBSERVAÇÕES GERAIS**

10.1. O servidor que estiver respondendo a procedimento administrativo não terá seu pedido de cessão efetivado.

10.2. O limite de servidores cedidos ou disponibilizados não poderá ultrapassar a 20% (vinte por cento) do total do respectivo quadro de servidores.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA**

11.1. Este Convênio entra em vigor na data de sua assinatura e expirar-se-á no fim do mandato da atual gestão administrativa do TCE/AL, podendo, no curso desse prazo, ser alterado mediante termo aditivo, ou ainda ter sua validade antecipadamente extinta, unilateralmente, ou por consenso dos CONVENIENTES.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO**

12.1. O extrato deste Convênio será publicado pelos Convenientes nos respectivos órgãos de imprensa oficial.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Maceió para conhecer e dirimir as dúvidas ou contendas que possam resultar da execução deste Convênio.

E por estarem assim acordes, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo presentes ao ato.

Edifício Guilherme Palmeira, em Maceió, de de 2017.

ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE  
Conselheira-Presidente do TCE/AL

.....  
.....

TESTEMUNHAS:

NOME: .....  
CPF: .....

NOME: .....  
CPF: .....